

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2023**

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos, situada na Rua Nereu Ramos nº 379 – Centro, Campos Novos – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.156.455/0001-28, através de seu Representante Legal a Diretor-Geral, Rafael Moisés Manfredi, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso IV, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 118/2023, conforme segue:

**1. DO OBJETO**

**1.1. CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA USO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.**

**2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Dispensa de licitação para a referida contratação fundamenta-se no inciso IV, art. 24 da lei 8.666/93, e se justifica visto a necessidade de garantir a manutenção dos serviços de gerenciamento e fornecimento de vale alimentação prestados pela empresa atualmente contratada.

2.2. Este serviço é de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de serviço realizado mensalmente pela administração em atendimento aos Servidores da Fundação.

2.3. O vale-alimentação é um benefício de caráter indenizatório concedido a funcionários, em efetivo exercício nas atividades do cargo/emprego público, com a finalidade de subsidiar despesas alimentares realizadas no exercício do cargo e está previsto na Lei municipal 2.933/2005 e suas alterações.

2.4. A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio tem a necessidade de manter o serviço de administração e gerenciamento de vale alimentação em benefício de seus empregados, em conformidade com a legislação trabalhista e adequação ao programa PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e, atualmente, encontra-se regulamentado pelo Decreto n 10.854, de 10 de novembro de 2021, com instruções complementares estabelecidas pela Portaria MTP/GM nº 672, de 8 de novembro de 2021.

2.5. Ademais, cumpre informar que há em andamento o processo administrativo 88/2023, Pregão Eletrônico 40/2023, visto que o Contrato Administrativo 272/2017 encerrará sua vigência na data de 1º de agosto de 2023. No entanto, em razão da complexidade do objeto e da necessidade de tempo hábil para conclusão do processo licitatório em andamento, a presente contratação pautada no inciso IV, art. 24, da lei 8.666/93, se faz necessária, proporcionando, assim, tempo hábil para a execução de todo o processo e evitando o prejuízo na interrupção do fornecimento de vale alimentação a todos os empregados beneficiados.

2.6. Por fim, a presente contratação limitar-se-á ao prazo máximo de vigência de 180 dias, conforme previsto no inciso IV, art. 24, da lei 8.666/93, ou até a conclusão do processo licitatório supramencionado.

### **3. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

3.1. A empresa **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Deodoro, nº 181, Bairro 4º andar, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob n.º 09.687.900/0001-23, é atual contratada e prestadora dos serviços de fornecimento de vale alimentação, conforme contrato administrativo 272/2017 e seus aditivos de prorrogação.

3.2. Vale ressaltar que a empresa vem cumprindo com todas as suas obrigações, não encontrando quaisquer registros de problemas na prestação dos serviços ao Município.

3.3. Desta forma a Administração busca evitar qualquer risco de descontinuidade dos serviços prestados e eventuais prejuízos futuros aos servidores beneficiados pelo fornecimento de vale alimentação, até que o processo licitatório em andamento seja finalizado.

3.4. Além disso, a presente contratação será realizada nas mesmas condições atualmente firmadas no contrato administrativo 272/2017.

3.5. Por fim, a empresa apresentou todos os documentos, válidos, conforme exigidos para o procedimento, estando em dia com sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme documentação acostada aos autos do processo.

#### **4. DO VALOR MENSAL**

4.1. O valor do Vale alimentação é de aproximadamente R\$ 24,0909 (vinte e quatro reais e nove centavos) de créditos ao dia, sendo que serão disponibilizados 22 (vinte e dois) dias de vale alimentação por servidor/mês, totalizando o valor de R\$ 530,00\* (quinhentos e trinta reais) por mês.

| Quantidade de Cartões Eletrônicos | Valor crédito/dia (por cartão/funcionário) | Valor crédito/mensal (por cartão/funcionário) | Valor Total Mensal |
|-----------------------------------|--|---|--------------------|
| 192 unidades                      | R\$ 24,0909                                | R\$ 530,00                                    | R\$ 101.760,00     |

4.2. A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio pagará ao contratado **o valor mensal de R\$ 101.760,00 (cento e um mil e setecentos e sessenta reais)**, perfazendo um total de até **R\$ 610.560,00 (seiscentos e dez mil quinhentos e sessenta reais)**, pelo prazo de até 180 dias da presente contratação.

4.3. O percentual de desconto no lote será de **0,5 % (zero vírgula cinco por cento)**, e será aplicado no valor mensal que a Fundação pagará a contratada.

4.4. **O valor poderá sofrer variação mensal/total devido a ocorrência de faltas ou alteração no quadro de funcionários.**

## **5. DA GARANTIA**

5.1. Antes da assinatura do instrumento de contrato será exigida da licitante vencedora prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da Fundação Hospitalar, contratante, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, numa das modalidades previstas no parágrafo primeiro, do artigo 56, da Lei 8.666/93.

5.2. A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução da obra, acrescido o prazo de 90 (noventa) dias, a partir de término de vigência contratual para apuração de eventual inadimplemento do contratado.

5.2.1. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução, a licitante vencedora deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia.

5.3. Caso a licitante vencedora opte pela modalidade caução, a Fundação Hospitalar disponibilizará no Banco do Brasil, a Conta Corrente 38701-0, Agência 0685-8 para o depósito, cujo comprovante deverá ser apresentado antes da assinatura do Contrato.

5.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

5.5. No caso de alteração contratual com acréscimo do valor original, a Contratada deverá apresentar, antes da celebração do termo aditivo, garantia complementar correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do acréscimo, ou substituir a garantia original por outra correspondente a esse percentual no novo valor do contrato.

5.6. Após o cumprimento fiel e integral do contrato e o recebimento definitivo do objeto, a garantia prestada será liberada pela Contratante à Contratada.

## 6. DO FUNDAMENTO LEGAL

6.1. A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio justifica esta Dispensa de Licitação, considerando que a contratada preenche todos os requisitos da lei licitatória, notadamente o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 que assim dispõe:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

*[...]*

## 7. DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo vigência será de 180 (cento e oitenta) dias ou até o momento em que possa ser formalizado contrato, referente ao mesmo objeto, com empresa vencedora da licitação que se encontra em andamento.

7.2. O prazo de execução começará a contar a partir de 02 de agosto de 2023.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

|                    |  |                                |
|--------------------|--|--------------------------------|
| <b>Entidade:</b>   | Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio               |                                |
| <b>Unidade:</b>    | Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio |                                |
| <b>Proj/Ativ.:</b> | Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio |                                |
| <b>Despesa:</b>    | 04   | 3.3.90.00.00 / 1.500.0000.0000 |

## **9. DA LEGISLAÇÃO**

9.1. O presente Termo de Dispensa de Licitação será regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Campos Novos, 31 de julho de 2023.

**RAFAEL MOISÉS MANFREDI**

Diretor-geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2023**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2023**

Termo de Contrato, que entre si celebram, Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos, situada na Rua Nereu Ramos nº 379 – Centro, Campos Novos – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.156.455/0001-28, através de seu Representante Legal a Diretor-Geral, Rafael Moisés Manfredi, no uso de suas atribuições legais, e doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa Jurídica de Direito Privado CGC/MF/ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, denominada CONTRATADA, em conformidade com o Processo Licitatório nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_, DL nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_ e com amparo na Lei 8666/93 e suas alterações, firmam o seguinte:

**Cláusula Primeira – OBJETO**

9.2. **CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA USO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.**

**Cláusula Segunda – DO SERVIÇO CONTRATADO**

- 2.1. O prazo de entrega dos cartões deverá ser no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.
- 2.2. A empresa vencedora (contratada) deverá confeccionar e entregar a Contratante, os cartões eletrônicos individuais e nominais para cada servidor.
- 2.3. A primeira remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e deverá ser fornecido código eletrônico, secreto e individualizado para cada cartão em envelope lacrado.
- 2.4. Os créditos referentes ao valor do vale alimentação devem ser disponibilizados em até 03 dias após o recebimento das informações encaminhadas pelo Departamento de RH da Prefeitura de Campos Novos.

**Cláusula Terceira – DOS VALORES E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. Pela execução do serviço, a Fundação Hospitalar pagará ao contratado o valor global de até R\$.....(.....), conforme proposta apresentada e de acordo com o percentual de desconto de .....(....) oferecido pela Contratada.

| Valor total mensal | Valor total anual |
|--------------------|-------------------|
| R\$ .....(.....)   | R\$ .... (.....)  |

- 3.2. **O valor poderá sofrer variação mensal/total devido a ocorrência de faltas ou alteração no quadro de funcionários.**
- 3.3. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA prestou garantia em favor da Contratante na modalidade ..... no valor de R\$ ..... (.....) que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme previsto no Edital.
- 3.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.
- 3.5. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da Contratante. Após o



cumprimento fiel e integral desta contratação e seu objeto recebido definitivamente, a garantia prestada será liberada ou restituída, caso não tenha sido utilizada conforme os casos apontados nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93.

3.6. O pagamento será realizado mensalmente pelo Município de Campos Novos, em até 10 (dez) dias úteis, após a liberação dos créditos mediante a apresentação de Nota Fiscal e boleto bancário, estando de acordo com o solicitado no edital.

3.7. Para liberação de qualquer pagamento a licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, as CND's (Certidão Negativa de Débitos) junto ao FGTS, a União, o Estado e o Município, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.8. A Contratada terá direito a receber apenas os créditos efetivamente utilizados mensalmente para execução do serviço.

3.9. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.10. A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com Autorização de Fornecimento indicar o número da Autorização correspondente, bem como indicar o nome do banco e número da conta bancária Contratada.

3.11. Fica expressamente estabelecido que no preço constante na proposta da CONTRATADA estavam inclusos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto deste edital, constituindo-se na única remuneração devida.

#### **Cláusula Quarta - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

|                    |    |      |
|--------------------|----|------|
| <b>Orgão:</b>      |    | ***  |
| <b>Unidade:</b>    |    | ***  |
| <b>Proj/Ativ.:</b> |    | ***  |
| <b>Despesa:</b>    | ** | **** |

#### **Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE**

1.1. O prazo vigência será de 180 (cento e oitenta) dias ou até o momento em que possa ser formalizado contrato, referente ao mesmo objeto, com empresa vencedora do processo administrativo 88/2023, PE 40/2023, que se encontra em andamento.

1.2. O prazo de execução começará a contar a partir de 02 de agosto de 2023.

1.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93, em tudo ali especificado, no que couber à natureza desta contratação, desde que haja interesse da contratante, juntando-se aos autos processuais todas as justificativas cabíveis.

1.4. O preço proposto pela licitante vencedora é fixo e irremovível, durante toda a vigência do contrato, de acordo com a proposta apresentada durante a licitação.

1.5. O valor de face dos valores de alimentação poderá ser ajustado anualmente, em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho, que altere o valor do benefício alimentação pago aos servidores do município de Campos Novos/SC, ocorrendo no mês de abril de cada ano.

1.5.1. Caso ocorra o ajuste relatado no item 1.4., a empresa será comunicada formalmente através de ofício.

1.6. A revisão de preços será admitida, desde que comprovada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidencie alteração de regulatório que implique majoração dos custos de administração e gerenciamento do serviço prestado, avaliados face às planilhas de composição de custos pertinentes ao objeto contratual e após ampla pesquisa de mercado.

## **Cláusula sexta – DAS OBRIGAÇÕES**

### **6.1. Das Obrigações da Contratada:**

6.1.1. Cumprir todas as exigências e executar os serviços de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, edital e termo de referência;

6.1.2. Fornecer à Contratante, mensalmente, os valores mensais do benefício em cada cartão dos créditos Alimentação, de forma permanente e regular e nas quantidades requisitadas;

6.1.3. Efetuar o pagamento, **pontualmente**, aos estabelecimentos comerciais pelo valor dos cartões utilizados, durante o seu período de validade, independentemente da vigência do Contrato, ficando claro que a contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de inteira responsabilidade da Contratada;

6.1.4. Reembolsar a Contratante pelo preço equivalente ao valor de qualquer cartão que este venha a lhe devolver, por qualquer motivo, a qualquer tempo, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do Contrato;

6.1.5. Ampliar a rede de estabelecimentos comerciais, incluindo outras, mediante solicitação da Contratante, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 20 (vinte) dias do recebimento do referido pedido;

6.1.6. Disponibilizar, flexibilizar e manter atualizada a relação dos estabelecimentos comerciais, filiados ao sistema e com os quais mantenha convênio, informando, periodicamente a Prefeitura Municipal as inclusões e/ou exclusões;

6.1.7. **A Contratada deverá manter no mínimo 16 (dezesseis) estabelecimentos credenciados na cidade de Campos Novos/SC.**

6.1.8. Manter nos estabelecimentos comerciais filiados à sua rede, em local bem visível e de fácil identificação de sua adesão ao sistema, objeto deste Contrato;

6.1.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

6.1.10. Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, no sentido de se obter um produto adequado, variado e higiênico, dentro dos padrões estabelecidos,

descredenciando os que não apresentarem serviços satisfatórios;

6.1.11. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidos por seus empregados, conveniados ou prepostos, na execução dos serviços contratados;

6.1.12. Cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do presente contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade da Contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da Contratada no desempenho dos serviços, objeto desta licitação, ficando a Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

6.1.13. Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como com todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação.

6.1.14. Prestar informações diretamente ao usuário do cartão alimentação através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

6.1.15. Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica a Contratante para o bom emprego e utilização do produto vendido.

6.1.16. Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

#### **6.2. Das Obrigações da Contratante:**

6.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2.2. Disponibilizar a Contratada, no momento do fechamento da folha, o número de dias trabalhados de cada servidor, para liberação do valor do vale alimentação no prazo máximo de 03 dias.

6.2.3. Emitir pedido mensalmente à Contratada informando a quantidade/valor do vale Alimentação a serem disponibilizados a cada servidor, sob forma de cartão eletrônico;

6.2.4. Informar a Contratada o valor do vale Alimentação que será de R\$ 24,09 (vinte e quatro reais e nove centavos) por dia, para os Servidores da Prefeitura, Fundos, bem como informar o número de dia trabalhados por cada funcionário.

6.2.5. Fornecer à Contratada todos os dados necessários à execução do objeto da licitação;

6.2.6. Efetuar o pagamento referente aos créditos disponibilizados nos cartões eletrônicos pela Contratada, na forma e condições estabelecidas neste Contrato.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

7.1. As sanções administrativas abaixo descritas, aplicáveis durante o certame licitatório e vigência do contrato, estão em conformidade e tem como norte a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.2. Se no decorrer da execução do objeto do presente instrumento, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento parcial ou total pelo qual possa ser responsabilizada a Licitante, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas, poderá sofrer as seguintes penalidades:

7.2.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado.

7.2.2. MULTA, pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

a) 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, na recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

b) 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato por culpa da CONTRATADA;

c) 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da etapa do serviço não realizado;

d) 0,66% (sessenta e seis décimos por cento) sobre o valor da etapa do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

7.2.2.1. A multa, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei;

7.2.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso;

7.2.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

7.2.2.4. Não tendo sido prestada a garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta, ou, ainda, se for o caso, cobrar judicialmente;

7.2.2.5. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

7.2.3. SUSPENSÃO, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficando impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro de Fornecedores do Município de Campos Novos/SC, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de:

a) Deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

- b) Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registro em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- c) Retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrado em ata;
- d) Não manter a proposta após a adjudicação;
- e) Comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- f) Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Campos Novos, que será concedida quando o contratado ressarcir-la pelos prejuízos resultantes da infração e após decorridos 2 (dois) anos no caso de aplicação de suspensão.

7.3. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa.

7.5. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido o impede de participar de novas licitações pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses junto a este Município, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

7.7. O contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, atendida a conveniência administrativa.

7.8. A critério do Município de Campos Novos caberá rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando a contratada:

- a) Rescindir unilateralmente e imotivadamente o presente contrato ensejando o direito, a outra parte, de cobrança de multa e indenização pelo descumprimento do mesmo no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor total restante previsto à sua plena execução, tendo por base o seu período de vigência;
- b) Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais, ou;
- c) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização do Município, ou;
- d) Incidir em outros motivos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

#### **Cláusula Oitava – DA RESCISÃO**

8.1. O presente contrato será rescindido, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

- a) No caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no Art. 79 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.
- b) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato.
- c) Quando ficar evidenciada a incapacidade da contratada para dar execução ao contrato ou prosseguir na sua execução.
- d) Se a contratada transferir o presente contrato, ou sua execução em todo ou em parte, sem prévia autorização do município.

#### **Cláusula Nona - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente contrato está vinculado ao processo licitatório DL nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, obrigando-se a contratada a manter durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

#### **Cláusula Décima - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

10.1. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como em normas de direito administrativos aplicáveis e subsidiariamente as normas de direito comum.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO FORO.**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos/ SC, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente.

11.2. E por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Campos Novos (SC), \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
Diretor-geral

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA





MUNICÍPIO DE  
CAMPOS NOVOS  
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323  
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

## TESTEMUNHAS

---

---